

A INCLUSÃO SOCIAL A PARTIR DAS CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA DAS CRIANÇAS DA CIDADE DE MONTEIRO NO CARIRI PARAIBANO

Júlia Vintília Silva Cruz. *Universidade Estadual da Paraíba. juliavintilia@gmail.com*

Beatriz dos Santos Felinto Barros. *Universidade Estadual da Paraíba.*

beatriz.felinto@hotmail.com

Laysla Lorane Pereira da Silva. *Faculdade Maurício de Nassau. laysla21@outlook.com*

Daniela Socorro Guimarães de Sousa. *Faculdade Maurício de Nassau.*

daniela.sousaguimas@gmail.com

Ms. Joana Darc Pereira de Sousa. *Universidade Estadual da Paraíba.*

joannapsousa@gmail.com

Resumo: A inclusão, em seus diferentes aspectos, refere-se diretamente à garantia de direitos. Entretanto, mesmo com a criação de leis e políticas públicas para atender ao público infantil, percebe-se a defasagem na efetivação de propostas que visam subsidiar a criança em relação aos seus direitos, trazendo malefícios para as mesmas, interferindo no seu convívio biopsicossocial. A pesquisa aqui apresentada tem como objetivo investigar e analisar a inclusão social da criança de seis aos dez anos de idade na cidade de Monteiro - Paraíba, discorrendo sobre o desenvolvimento infantil e sua relação frente ao âmbito escolar, familiar e social. Participaram da pesquisa 20 crianças com a faixa etária de 6 à 10 anos na escola municipal de Monteiro no Cariri Paraibano. O resultado foi obtido através da aplicação de entrevista semiestruturada com as crianças, resultando em 6 categorias que envolvem os contextos familiar, escolar e social. Através da análise dos discursos dos participantes por meio do método da análise de conteúdo, foi possível constatar que os direitos propostos pela Legislação Brasileira e pelo ECA para amparar essas crianças não estão sendo efetivados, dificultando a inclusão social dos mesmos. A pesquisa atingiu o seu objetivo, uma vez que tinha como intuito discorrer sobre a criança em seus aspectos escolar, familiar e social, assim, nos proporcionando um maior arcabouço teórico frente às várias realidades, sendo útil em pesquisas posteriores.

Palavras-chave: Inclusão social, Infância, Direitos da criança, Cariri paraibano.

1. INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre as concepções de infância configuram-se como um fator preponderante para a compreensão das práticas educativas em relação à socialização da criança e à promoção do seu desenvolvimento.

Os estudos têm mostrado que a concepção de infância é historicamente datada e contextualizada (Ariès, 1988); (Ferreira A. G., 2000); (Ferreira M. M., 2004). Na verdade, o advento da modernidade, enquanto tempo de alterações econômicas, sociais, culturais, políticas e tecnológicas, criaram condições para a emergência de uma preocupação crescente com as populações e, por consequência, com os problemas sociais da infância, como o crescimento e desenvolvimento da criança ou a necessidade de assistência social,

como bem mostram os estudiosos Ferreira A. G., (2010) Ferreira M. M., (2004). Ainda sobre a temática do desenvolvimento infantil multiplicam-se as propostas e ações dirigidas às crianças, na legislação, nas políticas públicas, na educação e na saúde, no mercado e nos mais diversos campos (Kuhlmann Jr. & Fernandes, 2004).

Em 1990 foi originado o Estatuto da criança e do adolescente (ECA), sendo considerado como um marco na legislação nacional referente ao público infantil e juvenil, objetivando a proteção da integridade social e legal das crianças e adolescentes do nosso país, sendo fruto da Lei 8.069 de 13 Julho de 1990. O artigo 4 do ECA (BRASIL, 1990), declara:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

E ainda o artigo 5 do mesmo Estatuto (BRASIL, 1990) salienta que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.”

O ECA está em vigência há mais de 20 anos, entretanto ainda predomina a desatenção daquilo que se caracteriza como o princípio básico deste estatuto. De acordo com Queiroz (2012), ao analisar a diferença entre a legislação e a realidade brasileira, conclui-se que as categorias de direito à vida, saúde, alimentação, educação, cultura e profissionalização presentes na constituição brasileira, bem como no ECA, não condiz com a realidade, ou seja, o direito proposto por lei às crianças e aos adolescentes não está sendo efetivado.

O processo de inclusão, refere-se diretamente à garantia de direitos. A inclusão se torna possível através da efetivação desses direitos, pois teoricamente eles já estão propostos por lei. Nesse sentido, a escola é um ambiente crucial que pode e deve promover a inclusão de todos os indivíduos, considerando-se que esse contexto deve proporcionar e assegurar o bem-estar biopsicossocial a fim de que todos possam ter o seu aprendizado de forma efetiva e igualitária. Entretanto, a mesma pode caminhar ao lado oposto e se tornar um fator de exclusão.

É inegável, porém, que nossas escolas continuam sendo produto e produtoras de exclusões sociais, dos mais diversos tipos. A resistência em mudar o paradigma que sustenta um perfil excludente de educação, em que as “categorias” das

(85) 9522.3222

pessoas por suas diferenças sociais, econômicas, psíquicas, físicas, culturais, religiosas, raciais, ideológicas e de gênero reforçam conflitos e violências físicas e simbólicas, e tornam-se entraves para a constituição da inclusão educacional (BRASIL, 2007, p. 6)

Sendo assim, é necessário que o modelo escolar tradicional dê lugar a um sistema educacional aberto à diversidade com base no paradigma de ética, cidadania e democracia. O princípio da mudança escolar deve ser pautado não somente na garantia de acesso à escola, mas também promovendo uma educação de qualidade e possibilitando o desenvolvimento global do ser humano, caminhando para a efetivação da inclusão social. “Dessa maneira, estaremos combatendo as exclusões em suas distintas formas de manifestação” (BRASIL, 2007, p.7)

Esta pesquisa têm como objetivo, investigar e analisar a inclusão social da criança de seis aos dez anos de idade na cidade de Monteiro - Paraíba. Nesse sentido, a investigação desenvolveu-se em escola pública municipal da cidade polo da região em questão. Esta temática tem sido objeto de investigação nas diferentes áreas de estudo como a Psicologia, História, Sociologia, Antropologia entre outras. Visando compreender as questões que envolvem a infância no contexto socioeducativo e explorar a percepção dessas crianças em relação ao contexto onde vivem com suas famílias.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em uma escola pública municipal da cidade de Monteiro – Paraíba, a qual apresenta uma população de 30.853 pessoas que se estende por uma área de 986 m². (IBGE, 2010). A amostra é composta por um total de vinte crianças, entre seis e dez anos de idade, selecionadas por sorteio aleatório, no intuito de prevenir a influência do pesquisador sobre os resultados. Este sorteio objetivou selecionar ao final a mesma quantidade de crianças para cada categoria de classificação.

Como instrumento de coleta de dados, optou-se pelo método qualitativo seguindo a recomendação de González (2002), porque observamos que foi o método que mais se ajustou a fala das crianças no que diz respeito ao seu cotidiano. Sendo assim, foi utilizada uma entrevista semiestruturada contendo questões elaboradas pelas pesquisadoras e pela sua orientadora. Para o registro do conteúdo das entrevistas, utilizou-se a forma de gravação direta com transcrição, por possibilitar o registro de todas as expressões orais do entrevistado, (seus sentimentos, crenças e ideias durante suas verbalizações), e por permitir registrar os momentos de “silêncio” ou inquietações por parte das crianças.

Como instrumento para análise de dados, elegemos a análise de conteúdo de aspecto qualitativo, uma vez que “é consensual a aceitação de que estamos diante de um processo adequado à análise de dados qualitativos, em que o investigador quer aprender e apreender algo a partir do que os participantes da investigação lhe confiam” (Amado, 2009, p. 61).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados neste item referem-se aos dados oriundos da análise das respostas das crianças à entrevista semiestruturada. Nesse sentido, categorias emergiram a partir das entrevistas realizadas com elas, estas categorias serão apresentadas abaixo.

3.1 O ser criança

Objetivo: Identificar os aspectos que as crianças indicam como inerentes à sua infância.

Jogo com meus irmãos, brinco de boneco, canto com eles e eles gosta. (M/1)

É bom ser criança para brincar, ter meus amigos, jogo bola com os colegas, acho bom.

Brinco, passeio, converso e a gente assisti televisão juntos. M/10

Assim, “tenho orgulho de ser criança, posso brincar muito”. E tem refeição na escola.

M/11

Ser criança é estudar, aprender e lanchar na escola, é muito bom o lanche daqui. M/6

Segundo Benjamin (2002), o essencial da brincadeira reside na inovação de “fazer de novo”. A criança volta a criar para si todo o fato vivido, começa mais uma vez do início. A brincadeira é uma ação externa, é vista como uma atividade dotada de significados sociais e promotores de cultura, mostra com palavras e ações seu envolvimento com o aprendizado.

Vygotsky (1994) atribui à brincadeira o lugar onde a criança apresenta seu comportamento, seus sentimentos, suas angústias adquiridas no seu dia-a-dia e busca estratégias para alcançar seus objetivos. A brincadeira é como se fosse maior do que é sua realidade.

Tomando como base o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ART. 4º determina que “É dever da família da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. (Brasil 1990) Podemos ver que estudar é

um direito assegurado em Lei, cabe à sociedade oferecer com dignidade esse direito às crianças. Segundo Qvortrup (2010), existem dois pilares que definem a criança em nossa sociedade. Primeiro, A Escolarização, pois o “lugar de criança é na escola”, a instituição que é imprescindível na infância. Segundo, a ideia de infância enquanto menor, é aquele que não tem voto, não tem voz, não responde por si. Os adultos é que fazem as escolhas, porque sabemos o que é melhor para elas.

3.2 Relação com os adultos

Objetivo: Descrever como as crianças percebem a sua comunicação com as pessoas adultas.

Minha mãe conversa comigo, às vezes. Ela me dá conselho bom, fica dizendo para eu não ligar com as brigas do meu pai. E que eu estude para a gente melhorar de vida. Acho que eles entendem o que falo, mas falta tempo para a gente conversar mais, meu pai não quer me ouvir. M/1

Mandam-me sair de perto estou conversando besteira!!! M/ 1

A diretora daqui o “caba” com razão mais ela não deixa falar!!M/5

As pessoas não escutam, aqui na escola a gente obedece a professora e a diretora, cumpre as regras e não tem muito o que fazer.M/ 10

Os adultos são chatos, não escuta a gente. De vem em quando, falo e eles me compreendem, mas quase sempre não querem me ouvir. (M/8)

Nas falas das crianças pesquisadas ficou clara a relação dos adultos na sua construção de mundo dos valores morais, o que vai acontecendo nas suas especificidades e também com as especificidades das pessoas com quem elas convivem.

Em nossa sociedade vem sendo construída a ideia da criança comunicativa, competente, criativa elaborando trocas com os seus pares e adultos. No entanto, ainda existem poucos estudos aqui no Brasil que percebam e estimulem o ponto de vista da criança. A perspectiva do adulto ainda tem predomínio.

Uma das condições necessárias ao desenvolvimento humano é o estabelecimento de uma relação de vínculo entre crianças e adultos no meio familiar, social e escolar. Nessa premissa Freire (1996) argumenta que é preciso ouvir os não ditos, ouvir falas, gestos e silêncios, ou seja, é necessário levar em consideração as experiências que as crianças vivem.

Neste sentido Tomazzetti, (2004) enfatiza que os pais e outros adultos deveriam desenvolver habilidades para escutar, não apenas para falar, ou ensinar, mas sem prestar

atenção ao que o outro produz, como interação, não apenas no que o adulto deseja ou acredita, mas no respeito pelo desejo e na ação das crianças.

3.3 Situações de Insegurança

Objetivo: Caracterizar como a criança entende o seu cotidiano e o seu contexto sociocultural.

Tenho medo do meu pai bêbedo e do meu irmão, eles batem em mim. M/3

Tenho vergonha de pedir as coisas aos outros. Vergonha de pedir para lanchar, dizer a minha tia que estou com fome. (M2)

Vergonha de ser pobre, de não ter uma casa legal para eu levar as colegas em casa. (M/10)

Tenho vergonha de ser pobre!! Não ter sapato novo, roupa nova para ir nas festas que o povo chama. Fui no aniversário da minha prima, mas não gostei, todo mundo bonito e eu não. Eu chorei!!! Fiquei triste!! (M/14)

Foi relatado em nossa pesquisa pelos sujeitos, que eles têm medos em situações das mais diversas e sentem-se inibidos diante dos adultos, para revelarem seus medos. Muitas crianças em nossa sociedade sofrem de maus tratos, de abandono, de tristeza, diversas formas de exclusão, isto se torna cotidianamente natural, normal, como se fosse algo óbvio, apenas pelo fato de serem crianças, esquecendo que as crianças exercem um papel atuante e ativo na dinâmica da sociedade.

Sob esse ponto de vista as relações sociais que os adultos estabelecem com as crianças caracterizam uma visão linear, funcional, finalista, contraditória e de muito medo, se apresentam mais para o mecanismo de tensão entre o ser assujeitado e ser sujeito. (Silva Filho 2004).

As crianças têm sua maneira própria de manifestar seus medos ou qualquer outra emoção. O medo está relacionado ao instinto de sobrevivência e é desencadeado pela falta de conhecimento sobre algo que o torna ameaçador e perigoso. É algo muito complexo, que castra, reprime, inibe tendo em vista a singularidade do ser humano e a infinidade de fatores psicológicos capazes de desencadeá-lo.

3.4 Reflexo das Condições Financeiras na Infância

Objetivo caracterizar como as crianças veem suas dificuldades financeiras.

Durmo com meu primo no mesmo quarto na mesma cama, lá em casa é muito pequeno.

Eu moro no quintal da casa da minha avó. Minha mãe agora tem outro marido. M/9

Eu queria ter um monte de brinquedos para brincar, eles não dão porque não tem dinheiro. Um dia eu vou ter. Eu gostaria que eles dessem, mas não fico com raiva porque eles não dão. Durmo com meu tio e meu pai no quarto, em camas separadas. (M/5)

Meu desejo é comer uma pizza, ninguém nunca comprou!., mas não tem nada!!! Depois eu como!! Tenho dois irmãos do outro marido da minha mãe, e eu sou filho deste agora. M/8
Lá em casa só tem duas camas que minha mãe ganhou, durmo com meu irmão pequeno me acordo toda mijada. M/5

Nessa categoria as crianças relataram a situação socioeconômica dos seus familiares, falaram dos seus desejos que não são alcançados, pois a renda *per capita* da família está condicionada ao Programa Bolsa Família (PBF), condição familiar que tem levado a uma expressiva redução da pobreza e da extrema pobreza. Considerando que a pobreza é um fenômeno complexo e histórico, seja ele individual ou coletivo, sendo sempre uma experiência dolorosa para todo ser humano, percebemos rostos marcados em todas as idades.

A situação de pobreza e de miséria das famílias beneficiadas pelo Programa é aliviada. Mas, apesar dessa constatação existem muitas críticas, inclusive por famílias que são beneficiadas. Reclamam do baixo valor do benefício da Bolsa Família, que segundo elas, não é suficiente para tirar alguém da pobreza. (Silva, 2006)

Aconteceram várias transformações no Nordeste do Brasil no setor socioeconômico nos últimos cinquenta anos, mas não foram suficientes para reduzir a desigualdade de renda e a pobreza na região. Faz-se necessário um investimento em políticas públicas em nosso país. Isso quer dizer que estamos vivenciando uma queda na desigualdade entre as pessoas, sem haver uma elevação do padrão médio de bem estar da população.

3.5 Trabalho Infantil

Objetivo: Descrever como as crianças se percebem nas atividades domésticas.

Hoje não trabalho muito, minha tia é legal!! No meu passado era ruim, eu não tinha folga, não podia assistir nem um desenho. Hoje, aqui na casa da minha tia, ajudo a lavar a louça quando chego da escola. Trabalho pouco tempo, mas antes passava muitas horas. (M2)

Trabalho só em casa ajudando a minha avó. Lavo a louça ou varro a casa. Mas só faço quando dá tempo, assim que chego da escola ou no final de semana. (M3)

Ajudando minha mãe em casa. Não sei quanto tempo. Ajudo minha mãe a dar banho, arrumar e botar para dormir meus irmãos. É mais de noite e no final de semana. (M6)

Ajudo a minha vó na feira, ela vende verdura na feira, no domingo pela manhã. (M/19)

Através dos relatos e narrativas destas crianças, percebemos que ainda persistem elevados índices de trabalhos infantis, e que sua redução ao longo da última década está muito lenta e pouco expressiva a não eficiente forma para combater o trabalho doméstico infantil e qualquer outro tipo de violação dos seus direitos. Esta vem sendo uma pesquisa menos divulgada no meio social, embora algumas causas imediatas sejam atribuídas à extensão desse trabalho: a deficiência do sistema educacional, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho que tem sua jornada de trabalho duplicada, a forte redução de serviços de assistência social e as famílias que se tornaram mais pobres.

As estatísticas têm mostrado que o trabalho infantil doméstico é uma atividade que tem apresentado uma média superior de acidentes laborais (cortes nas mãos, nos pés, queimaduras, quedas e alergias), como também maus tratos, abusos sexuais, o que deixa as meninas exaustas para realizar suas atividades escolares, ficando seu desempenho escolar comprometido. Por conta de todos esses riscos é que, a partir da edição do Decreto n.6481/2008, proibiu-se o trabalho doméstico aos menores de 18 anos, pois esta norma atende à determinação constante na Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho - OIT qualificou o trabalho doméstico como pior forma de trabalho infantil. (Brasil 2013).

A atuação do Ministério Público deve ser de natureza tipicamente repressiva, com o afastamento imediato da criança ou do adolescente daquela atividade, como também uma penalidade para o adulto que a conduziu. Conseqüentemente, o adolescente ou a criança será afastado do trabalho e encaminhado para planos assistenciais de saúde e educação existente no país.

3.6 Visão infantil sobre a escola

Objetivo: Descrever como as crianças veem a escola e seu desempenho escolar.

O que mais difícil são as aulas de leitura. Ela a professora manda estudar fazer outra vez que está errado, a letra está feia. "Vá fazer outra vez". M/5

O que é mais difícil aqui na escola são as aulas de matemática, e a prova de português não sei ler. M/15

O que gosto desta escola é de ler as histórias em quadrinhos. O que acho difícil aqui na escola é quando não sei fazer as atividades de inglês. M/18

Meu colega de sala do ano passado morreu baleado por causa de droga e isso foi muito ruim, ele parecia tão legal, e aqui na escola já falaram tanto nessas drogas e os meninos nem ligam. Gosto das pessoas daqui da escola, os colegas, a merenda e as aulas. M/19

Vir morar com meu pai, foi uma coisa boa que aconteceu porque minha mãe batia muito em mim. E estou adorando esta escola e tem merenda. (M/2)

Quando ouvimos os relatos das crianças investigadas, percebemos o quanto a escola não garante um processo de aprendizagem significativa para seus alunos. Observamos uma insatisfação por parte delas no quesito desempenho escolar quando deveria estar preparada, sintonizada para satisfazer a diversidade de alunos que ali se encontram. Trata-se do local de inteira inclusão e de novos saberes, devendo por isso transformar o educando em um ser social pensante. A escola deve refletir sobre a forma de transmissão de conhecimentos, inclusive, sobre a formação de novos cidadãos conscientes, participativos e racionais.

Segundo dados de pesquisas, a educação no Brasil avançou no aumento de número de crianças que frequentam a escola, entretanto, observa-se que também vêm acompanhados de repetência, abandono escolar e degradação na qualidade do ensino. O que percebemos é um grande aumento na quantidade de alunos na escola, mas o maior problema é a qualidade do ensino oferecido.

A escola deve ser capaz de abarcar a complexidade e as múltiplas referências, levando assim o educando a aprender em parceria colaborativa com os demais e com o professor.

Neste sentido Luckesi (2005) entende que a educação dentro de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesma, mas como uma ação de transformação na sociedade onde o indivíduo convive com seus pares.

O ato educativo que deveria ser uma atividade contínua e dialogada, não foi manifesto no relato das crianças investigadas, o que percebemos foi a existência de exclusão e anulação do ser humano. A escola tem imensas dificuldades em trabalhar com a diversidade de elementos que a realidade produz em cada indivíduo. A dificuldade se encontra na heterogeneidade de realidades e na lentidão do sistema de educação em acompanhar as mudanças atuais da sociedade.

4. CONCLUSÕES

Percebe-se uma estrutura escolar e educacional ainda tradicional que necessita de mais adequação e suporte para abarcar esse contexto social específico. Contexto esse, que apesar de ser representado por leis que determinam direitos para as crianças, há como resultado certos infringimentos desses direitos, produzindo um cenário de desamparo para os alunos, levando em consideração todo o relato apresentado por elas nessa pesquisa. Há também, toda a bagagem histórico-social do país, mais especificamente no nordeste, com (83) 3333-3321

pobreza e do tratamento com as crianças ao longo dos anos, o qual contribuiu e influenciou na realidade delas historicamente. As percepções das crianças mostram como as questões estruturais da família e das suas situações econômicas transformam o modo como se veem no mundo e interfere diretamente no seu desenvolvimento pessoal e social. Tendo em vista isso, a inclusão social ainda está em um processo lento para se alcançar um ponto que satisfaça o que está determinado por lei.

À necessidade de pesquisas que abrangem ainda mais amostras em diferentes lugares para que haja um melhor leque dessas realidades, principalmente partindo do ponto de vista das crianças pois, são os principais protagonistas de sua aprendizagem e desenvolvimento, e assim, contribuir para algum surgimento e encaminhamento de políticas públicas que auxiliem nas melhorias dessas realidades ou que auxilie na execução do que já está proposto pelas leis.

Vale salientar que mesmo com a existência do ECA e suas leis, as crianças citadas no decorrer deste trabalho tem seus direitos violados sejam eles na área educacional, familiar ou social. É de suma importância compreender que a base para o bem-estar biopsicossocial da criança está atrelada ao bom convívio dessas áreas e, quando um desses pilares não está ocorrendo de forma adequada ou efetiva causa danos ao indivíduo.

Podemos perceber que a família às vezes é retratada como um lugar de terror, então é de suma importância que haja conscientização dos pais e familiares acerca do que é retratado pela as crianças pois se ocorresse diálogo e interação entre os familiares e a criança teria como consequência positiva uma boa relação harmônica e trazendo assim benefícios também no âmbito escolar, melhorando assim o desempenho dos mesmos. Analisando nesse campo de visão vemos está tudo interligado e que todas as partes tem que dá a sua devida contribuição para o desenvolvimento infantil adequado.

Destarte, é visto que a pesquisa atingiu o seu objetivo uma vez que tinha como intuito discorrer sobre a criança em seus vários aspectos escolar, familiar e social, assim nos proporcionando um maior arcabouço teórico frente às várias realidades, sendo útil em pesquisas posteriores.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amado, J. (2009). **Introdução à Investigação Qualitativa em Educação**. Relatório de disciplina apresentado nas provas de agregação. Coimbra: FPCE-UC.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

BENJAMIN, W. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. Tradução, apresentação e notas de Marcus V. Mazzari; posfácio de Flavio Di Giorgi. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2002.

BRASIL. Constituição (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 16. ed. Brasília, DF: Edições Câmara. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18403/estatuto_crianca_adolescente_16ed.pdf?sequence=55>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil/ Ministério da Educação. Secretaria de educação básica – Brasília, 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Programa Ética E Cidadania: Construindo Valores Na Escola E Na Sociedade : Inclusão E Exclusão Social: Inclusão Social. Brasília, DF: MEC, v. 7, n. 4, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2009-pdf/2181-4-inclusao-fasciculo-pdf/file>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

FERREIRA, A. G. **A Criança e o seu Desenvolvimento em Discursos Médicos e Pedagógicos que Circularam no Contexto Português (séculos XVIII a XX)**. Educação em Revista, 26(1), 215-234, 2010. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n1/11.pdf>

FERREIRA, A. G. **Gerar, Criar, Educar. A criança no Portugal do Antigo Regime**. Coimbra, Portugal: Quarteto Editora, 2000

FERREIRA, A. G. **Higiene e o Investimento Médico na Educação da Infância**. In: J, 2002

FERREIRA, M. M. **A gente gosta de brincar com os outros meninos: relações sociais entre crianças num jardim de infância**. Porto: Afrontamento, 2004

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 16 Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONZÁLEZ, F.L.R. **Pesquisa Qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2002.

(IBGE, 2010) O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

KUHLMANN JR., M.; FERNANDES, R. **Sobre a história da infância.** In: FARIA FILHO, L. M (Org.). A infância e sua educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições -** 17 ed.- São Paulo: Cortez, 2005.

QUEIROZ, Amélia Maria Noronha P. de. Educação e inclusão social das crianças e dos adolescentes. **Ensaio:** aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 20, n. 74, p.113-134, mar. 2012. Trimestral. Jan/mar. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v20n74/a07v20n74.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

QVORTRUP, Jens. “A Infância enquanto Categoria Estrutural”. Educação e Pesquisa, vol. 36, n.2, p. 631-644, 2010.

SILVA FILHO, J. J. **Educação infantil e informática: entre as contradições do moderno e do contemporâneo.** In: SARMENTO, Manuel Jacinto & CERISARA, Ana Beatriz. Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Edições ASA Porto-Portugal, 2004.

SILVA, M. O. S. Os programas transferências de renda enquanto estratégia atual de enfrentamento a pobreza no Brasil: O Programa Bolsa Família. IX Congresso Luso-Afro Brasileiro, Luanda/Angola, 28 a 30 de novembro 2006.

TOMAZZETTI, C. M. Pedagogia e infância na perspectiva intercultural: implicações para a formação de professores. 2004. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, SC.

Vygotsky, L. **A formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.